

Acta n.º 29

No dia 20 de Maio de 2011, pelas 15 horas e 30 minutos, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral Anual da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., [...]

[...]

Verificou também o Senhor Presidente [...] que se encontravam presentes ou representados accionistas titulares de 83.410.991 acções, correspondentes a 216.585 votos e a 70,489% do capital social da sociedade, [...]

[...]

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente da Mesa iniciou a sessão, [...]

[...]

Como ninguém mais desejasse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à votação o relatório de gestão, o balanço, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas individuais, e de forma independente os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período.

Os documentos respeitantes ao primeiro ponto da ordem de trabalhos foram aprovados por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

De seguida, os documentos respeitantes ao segundo ponto da ordem de trabalhos foram igualmente aprovados por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Passou-se ao terceiro ponto da ordem de trabalhos tendo a mesa lido a única proposta existente da responsabilidade do Conselho de Administração, que se transcreve, e tendo, de seguida, declarado aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

- “• *Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera,*

- *Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade,*
- *Considerando que a Empresa teve um resultado líquido individual de EUR 126.720.229,28 (cento e vinte e seis milhões, setecentos e vinte mil, duzentos e vinte e nove euros e vinte e oito cêntimos), apurado segundo o normativo SNC,*  
*e*
- *Considerando que deste resultado líquido foi já aplicado o montante de EUR 29.481.173,48 (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, cento e setenta e três euros e quarenta e oito cêntimos) na distribuição antecipada de lucros deliberada em 29 de Novembro de 2010 pelo Conselho de Administração e cujo pagamento teve lugar em Dezembro de 2010,*  
*Propõe-se que a parte ainda não aplicada do resultado líquido do exercício, no montante de EUR 97.239.055,80 (noventa e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, cinquenta e cinco euros e oitenta cêntimos) seja integralmente aplicada em Reservas Livres.”*

Ninguém desejando usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 216.274 votos, correspondentes a 99,86% dos votos emitidos, com 311 votos contra, correspondentes a 0,14% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...]

Entrou-se então no quarto ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação da administração e fiscalização, o Senhor Presidente da Mesa abriu a discussão com a leitura da única proposta existente, apresentada pela accionista Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., que se transcreve:

*“Considerando a actuação dos Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade durante o exercício findo, propõe-se que, nos termos dos artigos 376.º n.º 1, alínea c) e 455.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia*

*manifeste o seu apreço pela acção desenvolvida pelos referidos órgãos, aprovando um voto de confiança nos mesmos bem como nos respectivos membros.”*

E como ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 216.508 votos, correspondentes a 99,96% dos votos emitidos, com 77 votos contra, correspondentes a 0,04% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...]

Passou-se de seguida ao quinto ponto da ordem de trabalhos, respeitante à apreciação da declaração relativa à política de remuneração dos órgãos sociais, tendo o Senhor Presidente da Mesa referido a existência de uma única proposta, apresentada pela Comissão de Remunerações da sociedade, e solicitado a dispensa da sua leitura pelo facto de a mesma ter sido divulgada com a antecedência legalmente exigida. Após obter a concordância dos Senhores accionistas presentes, abriu a discussão sobre a proposta que se transcreve:

[...]

E como nenhum dos presentes quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 216.000 votos, correspondentes a 99,73% dos votos emitidos, com 585 votos contra, correspondentes a 0,27% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...]

Seguidamente entrou-se no sexto ponto da ordem de trabalhos, relativo à aquisição e alienação de acções e obrigações próprias, tendo o Senhor Presidente lido a única proposta existente na mesa, da responsabilidade do Conselho de Administração, cujo teor se transcreve, e aberto de seguida a discussão:

*“Considerando as vantagens que podem advir para a sociedade da aquisição e alienação quer de acções quer de obrigações próprias, propõe-se que, nos termos do disposto nos artigos 319.º, 320.º e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, se autorize o Conselho de Administração da sociedade, em prazo não superior a 18 meses a contar da deliberação que recair sobre a presente proposta, adquirir e alienar acções e obrigações próprias desde que tais operações sejam efectuadas em*

*bolsa ao respectivo valor de cotação, sem que o número máximo de acções a adquirir ou alienar seja superior a 10% da quantidade total de acções da sociedade, podendo no entanto, no caso das obrigações, ser adquiridos e alienados todos os títulos que tiverem sido emitidos pela sociedade. Mais se propõe que, se necessário nos termos da legislação e regulamentação aplicável, sejam fixados pelo Conselho de Administração os demais requisitos que as transacções devem observar.”*

[...]

E como mais ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Logo após, passou-se ao sétimo ponto da ordem de trabalhos tendo a mesa lido a única proposta existente, apresentada pela accionista Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A., que se transcreve, e tendo, de seguida, declarado aberta a discussão relativa a este ponto da ordem de trabalhos:

*“Considerando que se encontra vago o cargo de membro da Comissão de Remunerações da Sociedade, em virtude da renúncia apresentada pelo Senhor Paulo Luís Ávila de Abreu em 30 de Maio de 2010, propõe-se que seja eleita, para exercer essas funções até ao final do mandato em curso dos restantes titulares dos corpos sociais, a Senhora Dr.ª Sofia Luísa Corrêa Henriques Cardoso de Menezes Frère.”*

Ninguém pretendendo usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão.

Entrou-se então no oitavo e último ponto da ordem de trabalhos, relativo à alteração parcial do contrato de sociedade, tendo o Senhor Presidente lido a única proposta existente na mesa, da responsabilidade do Conselho de Administração, cujo teor se transcreve, e aberto de seguida a discussão:

*“Considerando:*

- a) *As alterações legislativas de natureza imperativa introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 49/2010 de 19 de Maio com incidência nos procedimentos de participação e da representação dos accionistas em assembleias gerais de sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação;*
- b) *A existência de disposições nos estatutos da Semapa com regime diverso do agora consagrado no referido diploma legal;*
- c) *A natureza da solução legislativa que permite antever ajustamentos legais ou regulamentares a curto ou médio prazo, e*
- d) *As vantagens de manter alguma estabilidade estatutária e conservar o actual regime como um regime supletivo compatível com o regime do Código das Sociedades Comerciais que poderá ser sempre aplicável em caso de inexistência ou inaplicabilidade de lei especial,*

*Propõe-se introduzir um novo número dez no artigo nono dos estatutos da Semapa com a seguinte redacção:*

*“Dez. O disposto neste artigo quanto a participação e representação dos accionistas em assembleia geral não prejudica a aplicação de regimes especiais, de natureza imperativa, aplicáveis à sociedade por força da sua natureza de sociedade emittente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado, ou outra.”*

[...]

E como mais ninguém quisesse usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa considerou encerrada a discussão, submetendo de seguida a proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria de 201.865 votos, correspondentes a 93,20% dos votos emitidos, com 14.720 votos contra, correspondentes a 6,80% dos votos emitidos, tendo-se mantido inalterada a percentagem do capital social presente ou representado desde o início da sessão. [...]

Nada mais havendo a tratar e ninguém mais pretendendo usar da palavra, foi a reunião encerrada pelas 17 horas, dela se lavrando esta acta que segue devidamente assinada pelos membros da mesa e pelo secretário da sociedade.